

# Deputados derrubam veto para aumentar seu salário

BRASÍLIA — Numa sessão de quorum excepcional, 296 deputados derrubaram ontem um veto presidencial que implicará aumento de 23,66% para os salários dos parlamentares e servidores comissionados do Legislativo, e de 95,14% para os salários de ministros de Estado, presidentes e diretores de estatais. O veto proibia a isonomia entre os salários de deputados e senadores com os salários de ministros do Supremo Tribunal Federal. Se a votação no Senado confirmar a votação da Câmara, os salários dos parlamentares subirão de CR\$ 3.800.511,44, em março, para CR\$ 4.699.606,77, valor dos vencimentos pagos aos ministros do STF. O aumento maior será para ministros de Estado, que passarão de CR\$ 2.408.320,86 para o mesmo valor pago aos ministros do Supremo.

Esse aumento pode representar o primeiro grande furo no plano de estabilização econômica. O ministro Fernando Henrique Cardoso reagiu:

— A sociedade não suporta mais este tipo de coisa. Espero que o Senado reflita o entendimento da população e não aprove esta matéria.

Na Câmara, o tucano José Serra foi um dos que tentaram impedir a votação no plenário:

— Isso é uma tragédia! Estou assombrado com a coragem desses deputados. Foi uma votação eticamente abominável e politicamente desastrosa.

A sessão de derrubada do veto foi marcada por manobras regimentais, lideradas pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), chamado por todos de “presidente do sindicato dos deputados”. Durante votação em bloco de dezenas de vetos presidenciais, o veto que proibia a isonomia salarial foi destacado pelo PT, que pretendia obstruir a votação e impedir a aprovação do aumento. Com intervenções emocionadas

nos microfones e uma operação corpo-a-corpo junto aos deputados, Gibson conseguiu segurar a votação por quase duas horas e conseguiu quorum para derrubar o veto.

Para isso, eram necessários 293 votos. Cerca de 400 deputados foram ao plenário: 296 votaram a favor do aumento, 54 contra, 11 se abstiveram e a bancada do PT não votou para tentar obstruir a votação. O resultado deixou perplexos os parlamentares que defendem a incorporação das perdas salariais decorrentes da URV aos salários dos trabalhadores.

— Isso é uma vergonha! Essa casa vai ser apedrejada... — reagiu José Genoíno (PT-SP).

— Que vergonha coisa nenhuma! Se você não quiser o aumento é só não receber o salário... — rebateu Roberto Cardoso Alves (PTB-SP).

O veto será posto em votação quarta-feira que vem, no Senado.

Editoria de Arte

## Os novos vencimentos (em CR\$)

	MARÇO	COM A ISONOMIA
Deputados/Senadores	3.800.511	4.699.606
Ministro de Estado	2.408.320	4.699.606
Ministro do STF	4.699.606	4.699.606

Aumento nos salários dos parlamentares (23,66%)  
Aumento nos salários dos ministros de Estado (95,14%)

FONTE: Assessoria técnica do PT com base em ata do STF



— A sociedade não suporta mais este tipo de coisa. Espero que o Senado reflita o entendimento da população e não aprove esta matéria.

Na Câmara, o tucano José Serra foi um dos que tentaram impedir a votação no plenário:

— Isso é uma tragédia! Estou assombrado com a coragem desses deputados. Foi uma votação eticamente abominável e politicamente desastrosa.

A sessão de derrubada do veto foi marcada por manobras regimentais, lideradas pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), chamado por todos de “presidente do sindicato dos deputados”. Durante votação em bloco de dezenas de vetos presidenciais, o veto que proibia a isonomia salarial foi destacado pelo PT, que pretendia obstruir a votação e impedir a aprovação do aumento. Com intervenções emocionadas

nos microfones e uma operação corpo-a-corpo junto aos deputados, Gibson conseguiu segurar a votação por quase duas horas e conseguiu quorum para derrubar o veto.

Para isso, eram necessários 293 votos. Cerca de 400 deputados foram ao plenário: 296 votaram a favor do aumento, 54 contra, 11 se abstiveram e a bancada do PT não votou para tentar obstruir a votação. O resultado deixou perplexos os parlamentares que defendem a incorporação das perdas salariais decorrentes da URV aos salários dos trabalhadores.

— Isso é uma vergonha! Essa casa vai ser apedrejada... — reagiu José Genoíno (PT-SP).

— Que vergonha coisa nenhuma! Se você não quiser o aumento é só não receber o salário... — rebateu Roberto Cardoso Alves (PTB-SP).

O veto será posto em votação quarta-feira que vem, no Senado.